

## HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA: O IMOPEC E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CEARÁ

Joaquim dos Santos; Ana Cristina de Sales; Maria Arleilma Ferreira de Sousa

*Universidade Regional do Cariri (URCA); E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br; Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: anasalesprof@gmail.com; Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: arleilmasousa@hotmail.com*

**Resumo:** Este trabalho apresenta reflexões sobre a produção da história pública no Ceará do século XXI a partir da atuação do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), organização não governamental fundada em 1988, na cidade de Fortaleza. A partir de 2001, tal instituto deu início ao Curso de Formação à Distância sobre Memória e Patrimônio Cultural do Ceará, concluído em 2015. Ele almejando alcançar públicos diversos das variadas regiões do estado, com o propósito de formar para o exercício da cidadania, sobremaneira no que diz respeito ao combate ao avanço do capitalismo. Para isso, o estudo faz uso de duas publicações do IMOPEC, o *Boletim Raízes* e a *Revista Propostas Alternativas*.

**Palavras-chave:** Memória, História Pública, Educação Patrimonial, Ensino de História.

### Introdução

Este estudo almeja compreender a produção da história pública e seus usos nas práticas de educação patrimonial no Ceará, operacionalizadas por professores, militantes sociais e lideranças comunitárias vinculados ao Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC).<sup>1</sup>

Desde sua fundação, ocorrida em 1988, na cidade de Fortaleza/CE, essa Organização Não Governamental (ONG) passou a desenvolver ações voltadas à formação de sentidos de passado com um público amplo e diversificado, bem como à consciência crítica sobre as demandas do presente das populações do Ceará, entre outras questões. Assim, o IMOPEC passou a colaborar para a formação crítica dos cearenses por meio dos usos das histórias que ele mesmo produziu e publicou (SANTOS, 2013).

Durante o período de sua atuação, o referido instituto fez uso de memórias orais e de artefatos da cultura material na construção de práticas inovadoras de ensino de história e de educação patrimonial, atuando em todas as regiões do estado do Ceará (IMOPEC, 2015). E para isso fez uso de dois importantes canais de difusão desta produção, a saber: o *Boletim Raízes*, publicizado desde 1989, e a *Revista Propostas Alternativas*, publicada a partir de 1992.

---

<sup>1</sup> Por história pública compreendemos os modos pelos quais os sujeitos constroem sentidos de passado e como esses passados são produzidos, apresentados publicamente e apropriados (LINDDDINGTON, 2011). Sobre a relação entre ensino de história e história pública, ver Silva (2013) e Mauad, Almeida e Santhiago (2016). (83) 3322.3222

Dentre suas ações, destacamos o *Curso de Formação à Distância sobre Memória e Patrimônio Cultural do Ceará*. De acordo com Cunha da Silva, um dos sócios do IMOPEC,

Em 2001, o IMOPEC iniciou a experiência do Curso de Formação à Distância destinado a educadores, estudantes e lideranças dos movimentos sociais populares, com a finalidade de estimular a produção de conhecimento sobre a temática da memória e do patrimônio cultural do Ceará, pouco difundida no âmbito escolar e restrita a alguns ambientes acadêmicos (IMOPEC, 2015, p. 3).

Ainda segundo Cunha da Silva, o curso à Distância, que durou até 2015, ano no qual o IMOPEC finalizou suas atividades, tomou a cultura como um trabalho de criação e recriação “através dos tempos, dos modos de vida, costumes, crenças, alimentação e tantas outras dimensões da vida, para que esta não seja transformada em simples moeda de troca” (IMOPEC, 2015, p.3).<sup>2</sup>

Nesses termos, e se apropriando da história e da cultura como ferramentas de luta no processo de transformação da sociedade a fim de colaborar à construção da justiça social, o *Curso sobre Memória e Patrimônio Cultural do Ceará*, do IMOPEC, agregou lideranças comunitárias, educadores, universitários, estudantes da educação básica, militantes e agentes culturais. Conceitos como Memória, História e Patrimônio Cultural foram usados na formação de sentidos de passado, passados esses articulados na formação de outros públicos, como agricultores, artesãos, donas de casa e etc.

No período em que funcionou (entre 2001 e 2015), o curso “mobilizou 877 participantes, distribuídos em 215 grupos, presentes em 48 municípios cearenses de todas as regiões do Estado. Foram realizados 13 seminários municipais e 08 encontros estaduais” (IMOPEC, 2015, p. 3-4).

Esta pesquisa histórica propõe analisar as ações educativas voltadas à formação de consciência crítica das populações do Ceará desenvolvidas pelo IMOPEC. Desse modo, ela tem como objetivo geral compreender as relações entre o ensino de história pública do Ceará e a educação patrimonial desenvolvida pelo IMOPEC, entre os anos de 2001 e 2015. Nesses termos, o estudo aproxima os debates sobre história pública, ensino de história em espaços não escolares e patrimônio cultural do Ceará nos anos iniciais do século XXI.

Além deste, o estudo aponta como objetivos específicos: Entender as práticas de ensino de história do Ceará a partir do *Curso de Formação à Distância Memória e Patrimônio*

---

<sup>2</sup> Sobre os usos da cultura no turismo do Ceará do século XXI, ver a tese de doutorado em história social de Ítalo Viana (2017).

*Cultural do Ceará*, promovido e mantido pelo IMOPEC; Investigar os saberes históricos construídos pelos participantes do Curso à Distância mencionado; Analisar os conceitos históricos usados e/ou produzidos pelo IMOPEC para referir-se à população cearense e sua formação social, histórica e cultural; Entender os usos políticos da(s) memória(s) e do patrimônio cultural do Ceará nas publicações do instituto estudado.

### **Primeiros resultados?**

Para construir uma interpretação sobre a proposta lançada é importante compreender como o próprio IMOPEC narrou sobre si, seu horizonte político, seus propósitos e sua trajetória. Segundo Francisca Malvinier Macedo, última presidenta do Instituto,

A trajetória do IMOPEC nos seus 27 anos de atuação, tem sido alicerçada em reflexões e ações que abrangem uma diversidade de iniciativas, onde a tônica é a resistência permanente ao avanço indiscriminado do capitalismo, que impõe e propaga a ideia de desenvolvimento e progresso de forma elitista e excludente, sem considerar o que está posto ao longo da história de populações e de povos e comunidades tradicionais, bem como de redutos ambientais que deveriam ser preservados.

O desrespeito que se alastra, por imposição de setores governamentais e empresariais, em que a negação da preservação do meio ambiente e das tradições culturais das populações, tem graves consequências, representa o foco de embates do IMOPEC, que vem sendo de forma persistente, uma voz denunciante das agressões sociais e culturais, pautando o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais e de maneira singular, animando o resgate, a preservação e a valorização da cultura popular (IMOPEC, 2015, p.1).

Neste fragmento do último número do *Boletim Raízes*, publicizado em 2015, o instituto se automeceu como uma voz denunciante frente às agressões e os desrespeitos sofridos pelas populações residentes no Ceará, como consequências dos avanços do capitalismo. A publicação refere-se, sobretudo, àquelas identificadas como de comunidades e populações tradicionais (indígenas, negras, das águas, entre outras) e pobres do campo e da cidade.

Uma das formas buscadas pelo IMOPEC para a realização dos seus ideais foi a criação do Centro de Documentação (CEDOC) Patativa do Assaré. Ele foi criado em 1998, a partir do acervo documental da profa. Célia Guabiraba, uma das fundadoras do instituto. Ela possuía um acervo documental e bibliográfico com temáticas diversificadas. Nas palavras de Nadja Soares, secretária do IMOPEC, os livros “que mais se destacavam, em consonância com a missão da entidade, eram os de ciências sociais e história, principalmente os que tratavam da história do Brasil com ênfase no Estado do Ceará” (IMOPEC, 2015, p.9-10). Através das parcerias

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

[www.cintedi.com.br](http://www.cintedi.com.br)

firmadas com outras instituições e de iniciativas pessoais, o acervo foi ampliado, catalogado e disponibilizado à consulta pública.

Ainda sobre o CEDOC Patativa do Assaré, Nádja afirmou:

Além do material bibliográfico tradicional, se incluem no acervo recortes de jornais, revistas, fitas sonoras e de vídeo, fotografias e CDs, documentos que tratam sobre lutas que fazem parte do histórico da população cearense. Guarda também publicações do próprio instituto, cujos temas representam sempre momentos significativos da história política e cultural cearense, dando destaque ao trabalho que a instituição executa com comunidades interioranas do estado do Ceará, como, Jaguaribara, Porteiras, Jaguaretama, dentre outras (IMOPEC, 2015, p.10).

Como expresso acima, o IMOPEC publicava materiais sobre o Ceará antes da criação do Centro de Documentação. Em 1989, o instituto publicou o primeiro número do *Boletim Raízes*, já mencionado. Este se tornou o principal instrumento de ampliação do alcance social do IMOPEC e de difusão da sua posição política. De produção trimestral, ele obteve 64 edições, finalizadas em 2015.<sup>3</sup> Além de apresentar uma diversidade de temas e objetos, tendo como um elo comum as lutas dos movimentos sociais, os problemas sociais dos cearenses e alternativas de resistências e enfreteamentos das desigualdades, este periódico apresentava em cada edição os resultados das ações desenvolvidas pelo Instituto, publicizando informes, depoimentos dos seus integrantes e, posteriormente, dos partícipes do Curso à Distância, bem como as ações a serem desenvolvidas por eles. Desse modo, este boletim tornou-se um instrumento fundamental para a compreensão da dinâmica da educação patrimonial promovida pelo IMOPEC.

A partir de 1992, o instituto investiu na produção e difusão da *Revista Propostas Alternativas*.<sup>4</sup> Cada edição apresentou um tema sobre o Ceará, entrelaçando com questões globais, nacionais e regionais (IMOPEC, 2015). Este periódico foi usado como recurso didático na construção e manutenção do Curso à Distância, desde 2001. O quadro abaixo apresenta seus números e seus respectivos temas:

Nº	Ano	Tema
01	1992	Castanhão, um projeto questionado
02	1994	A face excludente do governo Ciro Gomes
03	1994	Velho Chico, agonia ou ressurreição

<sup>3</sup> Periódico com ISSN 1677-6623.

<sup>4</sup> Periódico com o ISSN 1677-6631. As publicações do IMOPEC vem sendo usadas como documentos, no desenvolvimento da pesquisa.

04	1995	CIC: a razão esclarecida da FIEC
05	1998	Fome e Estrutura do Poder no Ceará
06	1999	Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade cultural do Ceará - I
07	2000	Vale do Jaguaribe: Natureza e diversidade do Ceará - II
08	2001	Memória e Patrimônio Cultural do Ceará - I
09	2002	Memória e Patrimônio Cultural do Ceará - II
10	2002	Memória e Patrimônio Natural do Ceará - I
11	2003	Memória e Patrimônio Natural do Ceará - II
12	2004	Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará - I
13	2005	Memória e Patrimônio Imaterial do Ceará - II
14	2006	Religiosidade Cearense – I
15	2007	Religiosidade Cearense – II
16	2010	Memória e Transformação Política
17	2014	Memória dos Movimentos Ambientais do Ceará

Tabela 1. Edições da *Revista Propostas Alternativas*

O IMOPEC também expressou sua atuação com ênfase no fortalecimento dos movimentos sociais e no “resgate”, na preservação e valorização da “cultura popular”. A partir de ações como seminários, fóruns, organização de museus comunitários, campanhas de conscientização, entre outras, o referido instituto passou a produzir, publicar e difundir conhecimentos sobre a história e a memória do Ceará, sobretudo relacionadas às experiências não narradas nos livros didáticos de História. Muitas dessas experiências foram narradas a partir dos acervos particulares (biográficos, arquivísticos e etc.) e públicos e, sobremaneira, mediante a produção de entrevistas de história oral com os moradores das variadas partes do Ceará. Há aí um processo de construção do conhecimento histórico a partir das relações entre movimentos sociais, história oral e história pública, nos sentidos apresentados por Juniele Almeida (2016ab).<sup>5</sup>

Outrossim, o IMOPEC estimulou a publicação de obras completas e artigos de pesquisadores independentes, cujas pesquisas fossem voltadas para a história e à memória do

<sup>5</sup> Para maiores esclarecimentos sobre os usos da história oral nas pesquisas dedicadas à história pública, ver Almeida e Rovai (2011).

Ceará. Além disso, o instituto fomentou a produção de materiais educativos e pesquisas de público pelos seus próprios sócios, militantes e agentes culturais.<sup>6</sup>

Tais publicações apresentam reflexões sobre o Ceará e suas populações. Elas foram produzidas por pesquisadores, professores, líderes comunitários, militantes dos movimentos sociais, estudantes acadêmicos e secundaristas, artistas, fotógrafos, artesãos, agricultores, músicos e etc. Esse foi o material utilizado no *Curso de Formação à Distância Memória e Patrimônio Cultural do Ceará*.

Entre outros saberes, o IMOPEC usava sua própria produção de materiais (boletins, cartilhas, livros, vídeos, álbuns fotográficos, inventários, catálogos, jogos educativos e um site) para dá subsídios aos partícipes do curso. Há, nesse sentido, uma relação direta entre a construção da memória, a escrita da história pública sobre o Ceará e práticas de ensino de história que fogem do modo tradicional e escolar. Conforme o instituto,

Toda a discussão dos temas propostos é feita em grupos, compostos de duas a cinco pessoas. Esse é um critério, pois o Curso não é individual. Estimulando a interação entre os cursistas, o Curso propõe que se busque da forma mais concreta possível estabelecer relações entre teoria e prática, ou seja, a realização de ações permanentes de respeito ao patrimônio cultural, partindo sempre da realidade local do município. Desse modo, as pesquisas sobre os locais da memória e os inventários de recursos naturais, estimulados pelo curso, revelam aspectos antes desconhecidos ou desconsiderados no estudo da história e de outras disciplinas correlatas (IMOPEC, 2015, p.3).

Desse modo, o curso mencionado colaborou à formação de sujeitos para atuarem nos seus respectivos municípios, articulando teoria e prática, e entrecruzando a memória e a História do Ceará com os saberes locais, aspectos estes tão defendidos pelos intelectuais que entendem no ensino de história os processos formativos à construção da cidadania (FONSECA, 2016; SILVA, 2013).

Neste direcionamento problematizamos: quais sentidos de passados sobre o Ceará foram produzidos e difundidos através do Curso de Formação à Distância do IMOPEC? Como os conceitos Memória, História e Patrimônio Cultural foram articulados nas práticas de ensino promovidas pelo referido instituto? E, por fim, como os educadores, militantes dos movimentos sociais e estudantes partícipes do curso produziram saberes históricos sobre as localidades nas quais atuavam?

---

<sup>6</sup> Em 2005, o IMOPEC publicou um catálogo informativo sobre suas publicações realizadas entre os anos de 1989 a 2004. Ele foi organizado pela bibliotecária Nadja Soares (2005). Ver bibliografia.

Para começar a responder tais questões, é válido auscultar as publicações do Instituto. O IMOPEC evidenciou a dimensão política das suas ações ao expressar os usos dos saberes produzidos e partilhados no Curso, a saber: “não se tratam de saber por saber, e sim saber para impulsionar a transformação em benefício do povo, esta transformação é integral, pois traz a perspectiva de fazer a política, a economia, o jeito de pensar a coletividade” (IMOPEC, 2003, p. 03).

Na perspectiva, Antônio José da Cunha (educador popular e sócio do instituto) expressou em umas das publicações do IMOPEC como a educação popular delineia-se para o “olhar da realidade integralmente, como totalidade e não de forma segmentada, partindo do particular para o geral, regressando ao particular para transformá-lo” (IMOPEC, 2003, p. 03). Sobre as ações da ONG, esse educador popular ainda sublinhou:

O momento pedagógico educativo não se reduz à atividade ou ao evento programado, pois tem um caráter processual, isto é, trata-se de um processo sistemático e intencional da compreensão da prática social para transformá-la de maneira consciente, em função de um projeto histórico. Em outras palavras: um processo de formação na ação (IMOPEC, 2003, p. 03)

Partindo de uma análise preliminar das publicações do IMOPEC, é possível inferir que o instituto construiu práticas educativas pautadas no desejo de construção de consciências e tomadas de iniciativas tocantes aos *direitos culturais* dos sujeitos, nesse caso, dos partícipes do *Curso à Distância Memória e Patrimônio Cultural do Ceará*.

Por *direitos culturais* compreendemos “aqueles direitos que o indivíduo tem em relação à cultura da sociedade na qual faz parte, que vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura até o direito à memória histórica” (FERNANDES, 1992/1993, p. 271).

Consoante Fernandes (1992/1993), o direito de produção cultural toma como referência a criatividade humana, nas tessituras da cultura. Ou seja, parte do reconhecimento de que todos somos produtores da cultura. Assim sendo, recaímos na prerrogativa do direito ao acesso daquilo que produzimos, portanto, dos bens culturais, frutos da sociedade à qual pertencemos. Concomitantemente, tal entendimento aponta para o direito à tradição e aos bens (materiais e imateriais) representativos do passado da sociedade.

De acordo com Ricardo Oriá Fernandes (2009), a *educação patrimonial* é caracterizada pelos fins atribuídos ao processo educativo, concernente ao patrimônio cultural. Em outras palavras, ela é direcionada à formação dos cidadãos cientes dos seus direitos culturais

e, por conseguinte, conscientes da importância da salvaguarda e valorização dos seus bens culturais. Logo,

A educação patrimonial nada mais é do que a educação voltada para questões referentes ao patrimônio cultural, que compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar nos educandos e na sociedade o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema. (FERNANDES, 2009, p.141-142).

Nessa construção, a utilização das escolas, museus, bibliotecas, arquivos e outros centros culturais, bem como dos demais lugares e suportes de memória, nas práticas educativas, é fundamental para a compreensão da diversidade e, não contraditoriamente, da identidade cultural de uma determinada sociedade. Desse modo, a educação patrimonial corrobora tanto na construção da consciência crítica e histórica, quanto para a elevação da autoestima, o fortalecimento do sentimento de pertença e a construção das identidades culturais. Dessa maneira, o trabalho com a educação patrimonial é direcionado à construção da *cidadania cultural* (CHAUÍ, 2006).

Seguindo essa trilha discursiva, a noção de *patrimônio cultural* é indispensável. De acordo com José Newton C. Meneses (2016, p. 329):

A ideia de patrimônio tem o substrato da construção histórica e da memória social construída como ética, como representação da sociedade e, sobretudo, como diálogo interdisciplinar. Patrimônio cultural, assim, é interpretado como bem identitário, como herança e, até, como relíquia que se quer guardar.

Nesse sentido, o reconhecimento de determinados bens como patrimônios culturais tem ligação com o sentimento de valor, legado, herança, identidade. Como reforça Meneses (2016), a ideia de patrimônio cultural precisa elucidar a “dimensão da consistência complexa da cultura”. Dessa maneira, é difícil separá-lo em bens materiais e imateriais, pois na vivência essas experiências não são dissociáveis. Para torná-las inteligíveis é necessário ponderar sobre as construções em torno da memória social, as seleções realizadas na coletividade. “É, portanto, em um fundamento ético que se percorre o caminho da interpretação dos patrimônios culturais” (MENESES, 2016, p. 329).

## Conclusões

Pelo o que foi apresentado é possível indicar preliminarmente a postura política que norteou a atuação do IMOPEC no Ceará. Ele tornou-se um canal de produção e difusão de saberes históricos, bem como de formação de públicos amplos a fim de combater as desigualdades sociais existentes no estado, resultantes do avanço do capitalismo.

Se reconhecendo como uma “voz denunciante”, o instituto desenvolveu ações inovadoras na formação dos públicos sobre a história, a memória e o patrimônio cultural do Ceará, aludindo as lutas sociais e os processos de perda, silenciamentos e esquecimentos dos bens culturais dos cearenses, entre outras questões.

Nesse sentido, o *Curso de Formação à Distância Memória e Patrimônio Cultural do Ceará (IMOPEC)* foi um instrumento importante de alcance dos públicos de todas as regiões do Ceará, e de construção de uma história pública consequente, na qual a produção de sentidos de passado não desconsiderou a necessidade de crítica social e de combate às desigualdades. De fácil acesso, gratuito e dinâmico, o curso possibilitou a troca de experiências entre os seus membros por meio dos encontros estaduais e regionais, bem como o fortalecimento das iniciativas e lutas sociais promovidas pelos seus integrantes. Ainda há muito o que desnudar sobre esse cenário. Nós apenas começamos.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ALMEIDA, Juniele Râbêlo de (Org.). *História oral e movimento social: narrativas públicas*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

\_\_\_\_\_. Práticas de história pública: o movimento social e o trabalho de história oral. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 47-55.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n. 25/26, p.265-276, set.92/ago.93.

\_\_\_\_\_. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, Circe (Org.). *O saber histórico em sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.104-116.

FONSECA, Selva Guimarães (Orgs.). *Ensino de história e cidadania*. Campinas, SP: Papirus, 2016.

\_\_\_\_\_. SILVA, Marcos A. *Ensinar história no século XXI: Em busca do tempo entendido*. 4 ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 43. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Martha; SOIETH, Rachel. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. 2 ed. Rio de Janeiro: FAPERJ; Casa da Palavra, 2009.

INSTITUTO DA MEMÓRIA DO POVO CEARENSE (IMOPEC). *Boletim Raízes*. Fortaleza, ano 24, n.64, Jan./Jun.2015.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública: os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Orgs.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MATTOS, Hebe (Org.). *História oral e comunidade: reparações e culturas negras*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MENESES, José Newton Coelho. As leituras públicas da história, a memória social e o patrimônio histórico-cultural. IN: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.) *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, pp. 327-331.

MENESES, Sônia. Dimensões públicas da história: os novos lugares da história no tempo presente. In SILVA PESSOA, Ângela Emílio da; LÔBO, Isamarc Gonçalves; BEZERRA, Josineide da Silva (Orgs.). *História e Sociedade: saberes em diálogo*. Campina Grande; EDUFCEG; João Pessoa: A União, 2014.

MONTEIRO, Ana Maria et al. *Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos; CHUVA, Márcia (Orgs.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SANTOS, Cícero Joaquim dos. Necessidades de história: os usos da memória na construção da cidadania cultural. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, UFBA, n. 6, pp. 54-70, 2013.

SILVA, Marcos. A história vem a público. In: SILVA, Marcos (Org.). *História: Que ensino é esse?* Campinas, SP: Papirus, 2013, pp.15-29.

SOARES, Nádja Maria de Moraes. *Catálogo de publicações do IMOPEC*. Fortaleza: IMOPEC, 2005.

VIANA, José Ítalo Bezerra. *As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI*. 2017. Tese – (Doutorado em História Social), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.